

Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Anexos:

Relatório dos Auditores Independentes

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

Ativo	Nota	2021	31/12/2020	01/01/2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020	01/01/2020
			Reapresentação					Reapresentação	
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	03	40.453.497,77	37.437.510,51	37.437.510,51	Fornecedores de bens e serviços	06	102.796,36	62.795,44	62.795,44
Créditos a receber	04	187.255,89	153.956,03	153.956,03	Obrigações trabalhistas e sociais	07	916.461,48	925.309,13	925.309,13
		<u>40.640.753,66</u>	<u>37.591.466,54</u>	<u>37.591.466,54</u>	Obrigações tributárias (nota 8)	08	134.799,60	131.908,13	131.908,13
					Bancos contas movimento (saldo devedor)		-	429,00	429,00
Não circulante					Recursos de projetos em execução	09	33.006.598,58	30.502.585,10	28.561.174,29
Imobilizado	05	1.303.672,35	1.282.989,14	1.282.989,14			<u>34.160.656,02</u>	<u>31.623.026,80</u>	<u>29.681.615,99</u>
		<u>1.303.672,35</u>	<u>1.282.989,14</u>	<u>1.282.989,14</u>	Patrimônio líquido	11			
					Patrimônio social		6.983.614,40	7.831.053,49	7.831.053,49
					Superávit (Déficit) acumulado		800.155,59	(579.624,61)	1.361.786,20
							<u>7.783.769,99</u>	<u>7.251.428,88</u>	<u>9.192.839,69</u>
Total do ativo		<u>41.944.426,01</u>	<u>38.874.455,68</u>	<u>38.874.455,68</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>41.944.426,01</u>	<u>38.874.455,68</u>	<u>38.874.455,68</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	Nota	2021	2020 Reapresentação	01/01/2020
Receitas operacionais				
Com restrição				
Receitas de prestação de serviços sociais/atividades	12.1	708.836,69	412.674,14	435.024,04
Recursos públicos	12.2	3.776.234,40	3.124.068,44	3.992.461,22
Recursos de agências da cooperação internacional	12.3	10.804.619,38	8.987.641,23	9.336.713,88
Doações e contribuições de pessoas físicas		-	-	23.529,00
Doações e contribuições de pessoas jurídicas		1.051.486,05	897.751,03	1.725.469,14
Recursos próprios		292.157,22	166.321,02	-
Receitas financeiras	12.4	1.294.629,67	643.130,97	659.525,14
		17.927.963,41	14.231.586,83	16.172.722,42
Sem restrição				
Doações e contribuições de pessoas físicas		-	-	1.045,00
Receitas financeiras	12.4	199.266,04	88.445,67	88.445,67
Outras receitas	12.5	25.717,02	43.244,60	42.474,82
		224.983,06	131.690,27	131.965,49
Custo da prestação de serviços sociais/atividades	13	(13.188.996,06)	(10.939.216,72)	(10.939.216,72)
Resultado bruto		4.963.950,41	3.424.060,38	5.365.471,19
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	14	(3.786.037,47)	(3.653.900,87)	(3.653.900,87)
Despesas tributárias	15	(17.151,73)	(20.449,73)	(20.449,73)
Depreciações	5	(275.705,80)	(255.494,25)	(255.494,25)
Despesas financeiras		(84.899,82)	(73.720,13)	(73.720,13)
Outras despesas	16	-	(120,01)	(120,01)
		(4.163.794,82)	(4.003.684,99)	(4.003.684,99)
Superávit (Déficit) do exercício		800.155,59	(579.624,61)	1.361.786,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	Nota	2021	2020 Reapresentação	01/12/2020
Superávit (Déficit) do exercício		800.155,59	(579.624,61)	1.361.786,20
Ajuste exercício anterior	11.3	(267.814,48)	-	-
Superávit (Déficit) abrangente do exercício		<u>532.341,11</u>	<u>(579.624,61)</u>	<u>1.361.786,20</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.712.007,58	(880.954,09)	7.831.053,49
Incorporação do Déficit do exercício 2019 ao patrimônio social	(880.954,09)	880.954,09	-
Superávit do exercício	-	(579.624,61)	(579.624,61)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentação)	7.831.053,49	(579.624,61)	7.251.428,88
Incorporação do Déficit do exercício 2020 ao patrimônio social	(579.624,61)	579.624,61	-
Ajustes de exercícios anteriores (nota 11.3)	(267.814,48)	-	(267.814,48)
Superávit do exercício	-	800.155,59	800.155,59
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.983.614,40	800.155,59	7.783.769,99

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	2021	2020 Reapresentação	01/01/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (Déficit) do exercício	800.155,59	(579.624,61)	1.361.786,20
Ajustes por:			
Ajuste de exercícios anteriores	(267.814,48)	-	-
Depreciação	275.705,80	255.494,25	255.494,25
Ganho na venda de bens do imobilizado	-	(34.500,00)	(34.500,00)
Superávit (Déficit) do exercício ajustado	808.046,91	(358.630,36)	1.582.780,45
(Aumento) redução nos ativos circulantes e no realizável a longo prazo :			
Créditos a receber	(33.299,86)	363.586,52	363.586,52
Realizável a longo prazo	-	-	-
	(33.299,86)	363.586,52	363.586,52
Aumento (redução) nos passivos circulantes:			
Fornecedores de bens e serviços	40.000,92	(40.114,45)	(40.114,45)
Obrigações trabalhistas e sociais	(8.847,65)	78.736,04	78.736,04
Obrigações tributárias	2.891,47	18.713,49	18.713,49
Bancos contas movimento (saldo devedor)	(429,00)	429,00	429,00
Recursos de projetos em execução	2.504.013,48	11.982.079,11	10.040.668,30
	2.537.629,22	12.039.843,19	10.098.432,38
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.312.376,27	12.044.799,35	12.044.799,35
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recursos recebidos pela venda de bens do ativo imobilizado	-	34.500,00	34.500,00
Aquisição de imobilizado	(296.389,01)	(291.365,93)	(291.365,93)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(296.389,01)	(256.865,93)	(256.865,93)
Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.015.987,26	11.787.933,42	11.787.933,42
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	37.437.510,51	25.649.577,09	25.649.577,09
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	40.453.497,77	37.437.510,51	37.437.510,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL****Objetivos**

A FASE, constituída em 30 de novembro de 1961 como uma associação de direito privado, de fins não econômicos, de caráter beneficente, educativo e de assistência social tem como objetivos:

- Promover nas parcelas da população com as quais trabalha a Educação e o Desenvolvimento, incentivando para tal, comportamentos de participação, organização e solidariedade, e criando ou estimulando, para este fim, atividades, movimentos, organismos e associações, bem como promovendo o associativismo e o cooperativismo, a defesa do meio-ambiente e a educação ambiental;
- Contribuir para a inclusão econômica, para o enfrentamento da pobreza, para a garantia dos mínimos sociais, para o provimento de condições para atender às contingências sociais, e para a universalização dos direitos sociais do público beneficiário dos seus trabalhos;
- Executar atividades de assistência técnica e extensão rural, inclusive para o público da agricultura familiar, adotando metodologia participativa, com enfoque e equipe multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública, por meio da elaboração de planos, projetos e outras ações necessárias para realizar seus objetivos;
- Criar, aperfeiçoar e transmitir uma metodologia que instrumentalize os seus objetivos, assim como divulgar resultados de pesquisas, estudos e avaliações.

Missão

É missão da FASE, contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, civis e políticos.

Certificações e Registros

A FASE está registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sob nº 116.356/62, nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) do Rio de Janeiro (CMAS) sob o nº 0158/99, do Recife sob o nº 230/2010; de Belém sob o nº 186/2014; de Vitória sob o nº 53/2019; de Salvador sob o nº 132/2012; de Mutuípe sob o nº 03/2012; de Presidente Tancredo Neves sob o nº 007/2012; de Cáceres sob o nº 03/2013; possui o título de Utilidade Pública Estadual/UPE-RJ (Lei 909 de 04/02/66 – D.O.E 10/02/66). É portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), protocolo nº 235874.0015559/2020, para o período 2020-2023, Portaria Interministerial Nº 119/2020 (D.O.U nº 167 de 31/08/2020). É membro da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) e está registrada no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CNEA/CONAMA), Portaria Interministerial nº 154/2003 (D.O.U 31/03/2003) e na European Commission's Authentication Service (ECAS/PADOR) sob o n.º BR-2008-EIY-0702756386.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da entidade em 22 de julho de 2022.

2.2. Reapresentação das demonstrações contábeis de 2020

As demonstrações contábeis do exercício de 2020 foram reapresentadas, em conexão com o Pronunciamento Técnico CPC 23, em função da alteração nos procedimentos de reconhecimento mensal das receitas de projetos e convênios pelo regime de competência. Os impactos dos ajustes nas demonstrações contábeis são apresentados a seguir:

(i) Passivo e Patrimônio Líquido

	31/12/2020		
	Demonstração Divulgada	Ajustes	Demonstração Reapresentada
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	62.795,44	-	62.795,44
Obrigações trabalhistas e sociais	925.309,13	-	925.309,13
Obrigações tributárias	131.908,13	-	131.908,13
Bancos contas movimento (saldo devedor)	429,00	-	429,00
Recursos de projetos em execução	28.561.174,29	1.941.410,81	30.502.585,10
	29.681.615,99	1.941.410,81	31.623.026,80
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	7.831.053,49	-	7.831.053,49
Superávit (Déficit) acumulado	1.361.786,20	298.797,41	(579.624,61)
	9.192.839,69	(1.941.410,81)	7.251.428,88
Total do passivo e do patrimônio líquido	38.874.455,68	-	38.874.455,68

(ii) Demonstração do Resultado do Período

	31/12/2020		
	Demonstração Divulgada	Ajustes	Demonstração Reapresentada
Receitas operacionais com restrição			
Receitas de prestação de serv. sociais/atividades	435.024,04	(22.349,90)	412.674,14
Recursos públicos	3.992.461,22	(868.392,78)	3.124.068,44
Recursos de agências da cooperação internacional	9.336.713,88	(349.072,65)	8.987.641,23
Doações e contribuições de pessoas físicas	23.529,00	(23.529,00)	-
Doações e contribuições de pessoas jurídicas	1.725.469,14	(827.718,11)	897.751,03
Recursos próprios	-	166.321,02	166.321,02
Receitas financeiras	659.525,14	(16.394,17)	643.130,97
	16.172.722,42	(1.941.135,59)	14.231.586,83
Receitas operacionais sem restrição			
Doações e contribuições de pessoas físicas	1.045,00	(1.045,00)	-
Receitas financeiras	88.445,67	-	88.445,67
Outras receitas	42.474,82	769,78	43.244,60
	131.965,49	(275,22)	131.690,27
Total de Receitas	16.304.687,91	(1.941.410,81)	14.363.277,10
Despesas	(14.942.901,71)	-	(14.942.901,71)
Superávit (Déficit) do exercício	1.361.786,20	(1.941.410,81)	(579.624,61)

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional utilizada pela entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.5. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração da entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente. As informações sobre estimativas e premissas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações contábeis do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 05 – Imobilizado;

Nota 19 – Provisão para contingências

2.6. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada, uma vez que a entidade apurou registros contábeis de outros resultados abrangentes, sejam receitas ou despesas, diferentes daqueles que já estão apresentados nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.7. Principais práticas contábeis adotadas

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas foram contabilizadas de acordo com o regime contábil de competência. Os valores com destinação específica, vinculados a contratos, convênios e outros instrumentos, foram alocados nas contas de resultado (receitas) em base sistemática e racional, com valores iguais aos da execução das respectivas despesas. Doações de bens patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio social. Os superávits apurados em cada exercício fiscal são integralmente destinados à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos estatutários da entidade.

b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é registrado no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os saldos dos projetos a executar são mantidos em contas de passivo enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado (Nota Explicativa nº 3). As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

d) Imobilizado**Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. A Instituição não realizou a avaliação da vida econômica útil desses ativos em 2021, mantendo as diretrizes utilizadas em exercícios anteriores quanto à estimativa de vida útil e taxas de depreciação. Não foi realizada uma revisão para verificação da recuperabilidade dos ativos (impairment).

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, utilizando taxas fiscais.

e) Redução ao valor recuperável (impairment)**Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à entidade sobre condições de que não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a entidade utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da entidade são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2021.

f) Obrigações tributárias e previdenciárias – Imunidade tributária (CF, art. 150, inciso VI, alínea “c”)

A entidade, por sua finalidade e objetivos e atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP/INSS), da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Taxa de Incêndio e demais impostos e contribuições alcançados pela sua condição de entidade imune. O PIS/PASEP - Programa de Integração Social e de Formação do Servidor Público é calculado na base de 1% da folha de pagamento. O valor da renúncia fiscal decorrente do não recolhimento das contribuições previdenciárias patronais está evidenciado na Nota Explicativa nº 17 como se tais obrigações devidas fossem.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa	3.100,00	3.429,96
Bancos contas movimento – recursos sem restrição	1,00	6.905,37
Bancos contas movimento – recursos com restrição (i)	1.437.457,96	1.359.593,94
Aplicações de liquidez imediata – recursos sem restrição (ii)	5.635.580,54	4.865.082,72
Aplicações de liquidez imediata – recursos com restrição (i) (ii)	33.377.358,27	31.202.498,52
Totais	40.453.497,77	37.437.510,51

(i) Recursos com restrição de movimentação decorrente de cláusula contratual de projetos em execução, depositados em contas bancárias específicas.

(ii) A fim de remunerar sua disponibilidade, a entidade busca alocar seus recursos em produtos bancários de aplicação financeira em quotas de fundos, notadamente de baixo risco e com liquidez diária, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significativo de sua rentabilidade. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Contam com a solidez de bancos de primeira linha (Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, Banco do Estado da Amazônia, Banco Bradesco S/A e Banco Itaú S/A) e garantia de até R\$ 250 mil do FGC – Fundo Garantidor de Créditos.

4. CRÉDITOS A RECEBER

	2021	2020
Contas a receber (i)	70.281,67	42.941,40
Adiantamentos terceiros (ii)	1.395,05	1.074,89
Créditos de funcionários (iii)	6.665,07	22.232,57
Tributos a recuperar (iv)	35.881,27	30.414,26
Depósitos restituíveis (v)	45.256,42	37.456,42
Despesas antecipadas (vi)	27.776,41	19.836,49
Totais	187.255,89	153.956,03

- (i) Valores a receber de pequena monta;
- (ii) Valores de pequena monta adiantados a terceiros;
- (iii) Adiantamentos para despesas e antecipação de salários;
- (iv) Impostos e contribuições retidos na fonte ou pagos indevidamente;
- (v) Depósitos judiciais trabalhistas e de garantia contratual (caução);
- (vi) Despesas do exercício seguinte (assinaturas, seguros e vale transporte).

5. IMOBILIZADO
Composição do Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo de aquisição em 31/12/2021	Depreciações acumuladas em 31/12/2021	Imobilizado líquido em 31/12/2021	Imobilizado líquido em 31/12/2020
Imóveis de uso próprio		1.789.726,00	-1.218.528,95	571.197,05	647.797,57
Edificações	4	1.789.726,00	-1.218.528,95	571.197,05	647.797,57
Bens Móveis		4.093.565,90	-3.361.090,60	732.475,30	635.191,57
Máquinas e equipamentos	10	265.606,75	- 265.606,75	-	-
Móveis e utensílios	10	1.145.057,59	- 905.113,97	239.943,62	220.376,65
Informática	20	1.529.502,20	-1.336.258,10	193.244,10	183.069,14
Veículos	20	1.153.399,36	- 854.111,78	299.287,58	231.745,78
Totais		5.883.291,90	-4.579.619,55	1.303.672,35	1.282.989,14

Movimentação do Imobilizado

Descrição	Imobilizado líquido em 31/12/2020	Aquisições em 2021	Venda/Baixa/ Ajuste de Imobilizado em 2021	Baixa Depreciação em 2021	Depreciação em 2021	Imobilizado líquido em 31/12/2021
Imóveis de uso próprio	647.797,57	-	-	-	- 76.600,52	571.197,05
Edificações	647.797,57	-	-	-	- 76.600,52	571.197,05
Bens Móveis	635.191,57	296.389,01	-	-	- 199.105,28	732.475,30
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	220.376,65	60.874,19	-	-	- 41.307,22	239.943,62
Informática	183.069,14	76.224,82	-	-	- 66.049,86	193.244,10
Veículos	231.745,78	159.290,00	-	-	- 91.748,20	299.287,58
Totais	1.282.989,14	296.389,01	-	-	- 275.705,80	1.303.672,35

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. A instituição não realizou a avaliação da vida econômica útil desses ativos em 2021, mantendo as diretrizes utilizadas em exercícios anteriores quanto à estimativa de vida útil e taxas de depreciação. Não foi realizada uma revisão para verificação da recuperabilidade dos ativos (impairment). A instituição contratou uma empresa para realizar a revisão dos itens do imobilizado, avaliando a necessidade de recisão da vida útil econômica e a respectiva recuperabilidade dos ativos. Eventuais ajustes serão realizados no exercício de 2022 e apresentado nas demonstrações contábeis deste exercício.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, utilizando taxas fiscais, conforme demonstrado a seguir:

<u>Grupo</u>	<u>Vida útil</u>
Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Informática	5 anos
Veículos	5 anos

6. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

	2021	2020
Fornecedores de bens e materiais de consumo	8.707,14	410,64
Prestadores de serviços a pagar	70.154,88	50.054,28
Outras contas a pagar	23.934,34	12.330,52
Totais	102.796,36	62.795,44

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Registra o valor da provisão de férias e dos respectivos encargos calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 de dezembro de cada exercício, o valor dos encargos sociais e outras obrigações trabalhistas e sociais a pagar/recolher.

	2021	2020
Provisão de férias e encargos	795.852,16	806.776,59
Empréstimos consignados folha	279,20	-
Programa saúde ocupacional a pagar	-	424,20
Seguro vida em grupo a pagar	3.515,40	3.554,46
FGTS a pagar	65.785,90	67.257,82
Previdência social a pagar/recolher (2305 CLT)	49.440,75	45.206,06
Previdência social a pagar/recolher (2305 AUT)	1.571,11	2.090,00
Previdência social a pagar/recolher	16,96	-
Totais	916.461,48	925.309,13

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Registra o valor dos tributos a recolher retidos na fonte:

	2021	2020
IRRF PF a recolher (0561)	129.002,69	127.028,93
IRRF PF a recolher (0588)	140,20	-
IRRF PJ a recolher (1708)	936,58	783,39
COFINS/CSLL/PIS a recolher (5952)	4.093,10	3.062,08
ISSRF a recolher	627,03	1.033,73
Totais	134.799,60	131.908,13

9. RECURSOS DE PROJETOS EM EXECUÇÃO

Valor dos saldos apurados em 31 de dezembro de projetos sociais vinculados a convênios e contratos cuja aplicação ocorrerá no exercício seguinte.

	2021	2020
Convênios com órgãos públicos (i)	20.541.641,71	19.371.098,98
Contratos com agências da cooperação internacional (ii)	12.210.960,03	10.956.010,18
Outros recursos (iii)	253.996,84	175.475,94
Totais	33.006.598,58	30.502.585,10

(i) Convênios com órgãos públicos

	2021	2020
1203 – PA/FUNDO SOCIAMBIENTAL/MPF	2.552.456,70	3.484.463,63
1205 – NAC/CONTRATO 18.2.0311.1/BNDES	1.644.021,60	3.445.718,48
1535 - PA/FUNDO DEMA/IBAMA (nota 10)	16.345.163,41	12.440.916,87
Totais	20.541.641,71	19.371.098,98

ii) Contratos de cooperação internacional

	2021	2020
1103 - NAC/GRUPO DE ASSESSORIA NACIONAL	-	4.179,00
1199 - NAC/PLANO TRIENAL	881.777,13	552,92
1201 - MT/MISEREOR 31/01/21	(164.066,42)	(177.715,65)
1201 - MT/MISEREOR	3.802,58	-
1202 - ES/MISEREOR	(374.661,06)	(43.310,75)
1202 - ES/MISEREOR	(89.300,60)	-
1208 - PA/SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL/HBS	847,30	14.745,11
1209 - NAC/FORTALECENDO.../MISEREOR	-33.716,99	86.436,92
1215 - BA/BAHIA PRODUTIRVA/ATER	191.159,58	-
1305 - CEAR/PROGRAMA CEAR	54.984,43	143.998,70
1501 - ES/PROJETOS PONTUAIS/DIVERSOS	64,19	-
1502 - NAC/JUVENTUDE CIDADES OHK/OXFAM	-	59.843,80
1503 - NAC/DEMOCRACIA E CULTURA/RLS	-	4.514,96
1505 - AM/CLIMA NA AMAZONIA	1.082.130,33	-
1506 - BA/ATER AGROECOLOGIA	4.436,15	231.167,47
1511 - MT/DOSSIE CONTRA O	(4.965,32)	-
1512 - PE/LIBERTA ELAS/SJDH	119.992,50	-
1515 - PE/FASE/IPA	40.992,50	-
1517 - MT/PROJ TECENDO A AGROECOLOGIA	435.633,08	347.215,96
1520 - PE/OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO/OAK	154.375,91	8.805,00
1521 - NAC/PROJ ANA/PORTICUS	-	471.378,68
1522 - MT/AÇÃO BRASILEIROS...	19.010,98	-
1524 - NAC/PROJETO BUILD/F FORD	1.047.216,96	1.453.253,81
1525 - BA/ATICULAÇÃO TERRIT	407,25	23.552,83
1527 - PA/TODOS OS OLHOS NA AMAZONIA/GREENPEACE	23.688,45	254.875,97
1528 - NAC/COSTURANDO MODA DIREITOS/L FOUNDATI	1.609.232,10	965.762,37
1530 - PA/CLUA FUNDO DEMA/CL	1.381.940,99	-
1531 - NAC/PROJ BUILD INSTIT	822.111,08	-
1532 - PA/FUNDO DEMA/F FORD	1.227.910,62	1.178.687,52
1534 - PE/URBAN PARTICIPATION.../OAK FOUNDATION	160.014,58	218.497,56
1535 - PA/FUNDO DEMA/F.FORD (nota 11)	-	3.458.237,43
1536 - ES/SHELL EM SUDAMÉRICA.../MILIEUDEFENSIE	11.230,80	-
1537 - NAC/CARTA DE BELEM/MT	30.261,03	-
1538 - NAC/PROJ FELLOWSHIP/	84.601,45	-
1539 - PA/PROJ OPEN CESTAS/O	1.462.474,25	-
1542 - NAC/JUVENTUDE NAS CIDADES/OXFAM	-	76.001,46
1543 - NAC/MULHERES EM LUTA/	-6.000,00	-
1544 - PA/PROJETO CASA/GGF	25.317,67	-
1551 - PA/OXFAM ECHO/OXFAM	138.901,14	-
1555 - PA/FORTALECER O BEM VIVER.../ASW	167.521,82	412.163,82
1701 - FUNDO RESERVA	227.950,49	-
1702 - FUNDO CAPITAL DE GIRO	879.398,72	966.861,46
1704 - CAPITAL DE GIRO MATO	452.071,70	533.351,72
1705 - CAPITAL DE GIRO AMAZ	13.965,36	27.648,52
1706 - CAPITAL DE GIRO BAHIA	36.995,00	97.976,18
1709 - CAPITAL DE GIRO PERNAMBUCO	91.252,30	137.327,41
Totais	12.210.960,03	10.956.010,18

(iii) Outros recursos

	2021	2020
1519 - BA/ALIMENTAÇÃO SAUD CAMPO.../I. IBIRAPITANGA	203.707,21	100.248,01
1523 - NAC/CONF POPULAR.../I IBIRAPITANGA	50.289,63	75.227,93
Totais	253.996,84	175.475,94

10. PROJETO PA/FUNDO DEMA/IBAMA

Criado em 2003 a partir da doação com encargos de 6.000 toras de mogno (*Swietenia macrophylla* King) apreendidas pelo IBAMA, o FUNDO DEMA, uma homenagem a Ademir Alfeu Federicci, Dema para os amigos, líder dos movimentos sociais da região Altamira/Xingu, assassinado em 2001, é um fundo permanente de financiamento de projetos de proteção ambiental, manejo florestal comunitário e ações de desenvolvimento e inclusão social. A doação qualificada do mogno apreendido golpeou a exploração ilegal e selou uma aliança inédita entre o Governo Federal, [javascript:LoadImage\('http://www.fase.org.br/fotos/2003/08/426.jpg'\);](http://www.fase.org.br/fotos/2003/08/426.jpg) o Ministério Público, as ONGs e os movimentos sociais da região em favor do desenvolvimento sustentável e democrático da Amazônia. O fundo é de responsabilidade da FASE e deverá, de acordo com as tradições e missão desta instituição, ser gerido de forma compartilhada com as entidades e movimentos sociais da região de origem da madeira. O seu regulamento prevê o funcionamento de um comitê gestor e um conselho consultivo garantindo, assim, em primeira instância, a representação dos movimentos e entidades da região Altamira/Xingu. O fundo é mantido pelo aporte inicial resultante da doação do IBAMA, pela contribuição da Fundação Ford em 2005 de R\$ 2.227.000,00 e pelas receitas financeiras decorrentes da aplicação das disponibilidades em fundos de investimentos geridos pelo Banco da Amazônia S/A.

DEMONSTRATIVO DO SALDO DO FUNDO DEMA	2021	2020
Saldo inicial	17.077.841,82	17.080.632,91
Receitas Financeiras	712.515,68	453.231,54
(-) Despesas de atividades e administrativas do Fundo	(217.283,47)	(456.022,63)
Saldo em 31 de dezembro	17.573.074,03	17.077.841,82

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
11.1. Patrimônio Social

Registra os valores dos superávits e déficits apurados em cada exercício e aprovados pela Assembleia Geral da FASE, dos ajustes decorrentes de retificação de valores do ativo imobilizado e de erro contábil imputável a determinado exercício anterior, dos bens recebidos por doação e da devolução de recursos de projetos encerrados em exercícios anteriores.

11.2. Superávit (déficit) acumulado

Registra o valor do superávit (déficit) do último exercício a ser submetido à apreciação da Assembleia Geral.

11.3. Ajustes de exercícios anteriores

	2021	2020
Ajuste saldo – 1199 – NAC/PLANO TRIENAL	(552,92)	-
Ajuste saldo – 1201 – MT/MISEREOR	177.715,65	-
Ajuste saldo – 1202 – ES/MISEREOR	43.310,75	-
Ajuste saldo – 1305 – CEAR/PROGRAMA CEAR	(143.998,70)	-
Ajuste saldo – 1506 – BA/ATER AGROECOLOGIA	(231.167,47)	-
Ajuste saldo – 1525 – BA/ARTICULAÇÃO TERRITORIAL	(23.552,83)	-
Ajuste saldo – 1702 – FUNDO CAPITAL DE GIRO	(966.861,46)	-
Ajuste saldo – 1704 – CAPITAL DE GIRO MATO GROSSO	(533.351,72)	-
Ajuste saldo – 1705 – CAPITAL DE GIRO AMAZONIA	(27.648,52)	-

	2021	2020
Ajuste saldo – 1706 – CAPITAL DE GIRO BAHIA	(97.976,18)	-
Ajuste saldo – 1709 – CAPITAL DE GIRO PERNAMBUCO	(137.327,41)	-
Glosado devolução GRU projeto FINEP	(912,23)	-
Glosado devolução GRU projeto FINEP	(48,37)	-
Glosado devolução GRU projeto FINEP	(149,97)	-
Glosado convenio 12/2008 – FASE AM	(266.703,91)	-
Glosado devolução GRU projeto FINEP	(149,97)	-
Totais	(2.209.225,29)	-

12. RECEITAS OPERACIONAIS

12.1 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS/ATIVIDADES

Registra os recursos provenientes de contratos de prestação de serviços sociais, cujo resultado financeiro é integralmente destinado ao desenvolvimento das finalidades institucionais da entidade.

	2021	2020
SDR CONT 017/2019 (BA)	626.672,61	65.424,53
CAR CONT 020/2017 (BA)	82.164,08	347.249,61
Totais	708.836,69	412.674,14

12.2. RECURSOS PÚBLICOS

Registra os recursos públicos para execução de projetos sociais, cuja aplicação está vinculada aos termos dos convênios/contratos assinados e sujeita a prestação de contas. Os valores apresentados referem-se ao montante aplicado em cada exercício, uma vez que eventuais saldos apurados em prestação de contas foram transferidos para o Passivo Circulante-Recursos de projetos em execução (ver nota 9).

Com restrição

	2021	2020
Convênios com órgãos públicos federais	3.530.137,83	3.124.068,44
Convênios com órgãos públicos estaduais	246.096,57	-
Totais	3.776.234,10	3.124.068,44

12.3. RECURSOS DE AGÊNCIAS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Registra os recursos recebidos de agências da cooperação internacional para execução de projetos sociais, cuja aplicação está vinculada aos termos dos contratos assinados e sujeita a prestação de contas. Os valores apresentados referem-se ao montante aplicado em cada exercício, uma vez que eventuais saldos apurados em prestação de contas foram transferidos para o Passivo Circulante-Recursos de projetos em execução (ver nota 9).

Com restrição

	2021	2020
Brot für die Welt	3.680.224,79	4.461.713,52
Fundação Ford	1.160.693,56	930.227,23
Fundação Rosa Luxemburgo	137.482,00	-
Heinrich Boll Stiftung	232.947,61	105.294,17
KZE/Misereor	1.313.705,51	319.852,61
Laudes Foundation	-	735.230,74
Oxfam	257.447,51	268.495,88
Porticus	-	581.987,43

Fundação OAK	437.165,53	415.390,85
Outras doações internacionais	3.584.952,87	1.169.448,80
Totais	10.804.619,38	8.987.641,23

12.4. RECEITAS FINANCEIRAS

Com restrição

	2021	2020
Descontos obtidos	8.874,35	-
Renda de aluguéis e arrendamentos	5.971,73	-
Rendimentos de aplicações financeiras	1.285.933,16	644.642,20
Imposto de renda retido na fonte	(4.680,17)	(1.420,84)
Imposto sobre operações financeiras	(1.469,40)	(90,39)
Totais	1.294.629,67	643.130,97

Sem restrição

	2021	2020
Rendimentos de aplicações financeiras	199.266,04	88.445,67
Totais	199.266,04	88.445,67

12.5. OUTRAS DESPESAS (RECEITAS)

	2021	2020
Recuperação de despesas	11.272,02	8.744,60
Ganhos na alienação/baixa do imobilizado	14.445,00	34.500,00
Totais	25.717,02	43.244,60

13. CUSTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS/ATIVIDADES

Registra os gastos diretos com projetos sociais voltados para a defesa e garantia de direitos, de desenvolvimento urbano, de agroecologia e segurança alimentar e de meio ambiente (atividades fim).

	2021	2020
Custos de pessoal com vínculo empregatício	6.373.762,37	6.203.783,72
Custos de pessoal sem vínculo empregatício	149.743,33	59.702,00
Outros custos de serviços sociais prestados (i)	6.665.490,36	4.675.731,00
Totais	13.188.996,06	10.939.216,72

(i) Comunicação, diárias e outras despesas de viagem, doações e contribuições a projetos comunitários, material de consumo, passagens aéreas, rodoviárias e fluviais, publicações técnicas e outros serviços de terceiros.

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Registra as despesas com administração e infraestrutura da entidade (atividades meio).

	2021	2020
Despesas de pessoal com vínculo empregatício	2.610.905,14	2.655.581,03
Despesas de pessoal sem vínculo empregatício	74.665,93	54.643,80
Outras despesas administrativas (i)	1.100.466,40	943.676,04
Totais	3.786.037,55	3.653.900,87

(i) Aluguel e condomínio, comunicação, contribuições a entidades de classe, informática, despesas legais e judiciais, condução local, energia elétrica, gás, água e esgoto, manutenção e reparos de bens móveis e imóveis, material de expediente, prêmios de seguros contratados, auditoria e outras despesas.

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2021	2020
Tributos/taxas/contribuições federais	205,14	138,56
Tributos/taxas/contribuições estaduais	9.837,06	10.617,90
Tributos/taxas/contribuições municipais	7.109,53	9.693,27
Totais	17.151,73	20.449,73

16. OUTRAS DESPESAS

	2021	2020
Outras Despesas	-	120,01
Totais	-	120,01

17. ISENÇÕES USUFRUÍDAS (CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS)

A renúncia fiscal relacionada ao não recolhimento das contribuições previdenciárias patronais está assim demonstrada: No período de 01/03/2020 a 31/08/2020 as isenções ficaram suspensas.

	2021	2020
Contribuição previdenciária, SAT e terceiros (25,4%) - CLT	1.749.569,67	743.826,66
Contribuição previdenciária (20%) - Autônomos	37.632,56	10.634,50
Total	1.787.202,23	754.511,16

18. SEGUROS

A entidade possui cobertura de seguros sobre os bens do ativo imobilizado, considerados pelos seus gestores, em montante suficiente para cobrir eventuais sinistros.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2021, com base na opinião de seus assessores legais e por contar com recursos próprios disponíveis em seu caixa em montante suficiente para honrar os valores envolvidos, a Administração julgou não haver necessidade de constituição de provisão para o processo abaixo relacionado de natureza cível:

✓ **Processo com estimativa de perda possível:**

1027-53.2016.8.11.0041 2ª. Vara Especial da Fazenda Pública Cuiabá/MT R\$ 100.000,00.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – GERENCIAMENTO DE RISCOS

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, contas a receber e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. Durante os exercícios de 2021 e 2020, a entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos. A entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de crédito** - é o risco de déficit financeiro da entidade caso uma contraparte em qualquer dos instrumentos contratuais falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos seus recebíveis. Historicamente a entidade não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras com os seus financiadores. **Risco de liquidez** - é o risco de a entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo

financeiro. A abordagem da entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. **Risco de mercado** - é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio para os recursos recebidos do exterior e taxas de juros das aplicações financeiras, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Com relação às taxas de juros, a entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha. **Estrutura do gerenciamento de risco** - A entidade avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os estatutos sociais da Entidade possuem previsão de não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Assim sendo, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagem ou benefício, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes forem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram após 31/12/2021 até a conclusão desta auditoria, eventos que pudessem alterar de forma significativa estas Demonstrações Contábeis. A administração da entidade não identificou nenhum evento relevante que possa vir a modificar as estimativas ou provisões, assim como não identificou nenhum evento relevante relacionado à recuperação de ativos nas demonstrações contábeis em 31/12/2021. Não foram feitos ajustes ou quaisquer outros registros que fugissem aos padrões normais.

A administração realiza regularmente procedimentos gerenciais que possibilitam a identificação de eventos que possam impactar a situação financeira da Fase, como o registro tempestivo das operações financeiras, reuniões entre a Direx e a gerência administrativa financeira para análise das ocorrências no âmbito administrativo financeiro e discussão sobre as mudanças conjunturais nacionais e no contexto da cooperação internacional.

23. FATO RELEVANTE

Retorno gradual das atividades presenciais e a situação do país

Com a continuidade da pandemia da Covid-19, o ano de 2021 ainda foi atípico, com a alternância de momentos de trabalho presencial e remoto. No final do ano, com toda a equipe imunizada, foi possível planejar o retorno presencial em 2022. As ações emergenciais solidárias permaneceram sendo realizadas durante todo o ano de 2021, concomitante com as atividades programáticas que, após adequações aos protocolos de saúde, voltaram a ser desenvolvidas.

A instituição não registrou nenhum tipo de perda financeira, patrimonial ou de perspectiva de continuidade no último ano, no entanto, acompanha com preocupação a situação política, econômica e social do país, com constantes ataques a democracia e o aumento da situação de pobreza. A FASE se mantém em constante diálogo com financiadores e parceiros para a construção de ações transformadoras da realidade das comunidades e grupos desfavorecidos.

24. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Apresentamos abaixo informações não auditadas relativas ao perfil funcional, encargos sociais recolhidos e benefícios concedidos aos colaboradores da entidade.

Indicadores do corpo funcional	2021	2020
N.º de colaboradores ao final do período	91	91
N.º de colaboradores admitidos	7	12
N.º de colaboradores demitidos	8	3

N.º de colaboradores com idade acima de 45 anos	43	44
N.º de colaboradores com formação superior	66	66
N.º de mulheres que trabalham na entidade	59	59
N.º de cargos de chefia ocupados por mulheres	12	11
N.º de negros que trabalham na entidade	29	32
N.º de dependentes (plano de saúde em grupo)	28	28
Indicadores sociais internos	R\$	R\$
Encargos sociais (FGTS e PIS/PASEP)	773.668,36	1.385.545,83
Assistência médica (plano de saúde em grupo)	782.349,51	683.396,21
Programa de saúde ocupacional	4.864,16	4.906,58
Auxílio educação/creche	43.429,94	20.841,86
Seguro de vida em grupo	42.419,19	37.017,40
Condução urbana (excedente vale transporte)	4.525,60	10.061,27

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2021.


Tatiana Dahmer Pereira
Presidente
CPF/MF 024.951.757-40


Valéria Pires Falcão
Contadora CRC/RJ 097792/O-7
CPF/MF 916.338.427-20

Associados Efetivos

Ana Toni
Benedito Roberto Barbosa
Breno Bringel
Cândido Grzybowski
Humberto Santos Palmeira
Isabel Cristina da Costa Cardoso
Yves Lesbaupin
Liszt Benjamin Vieira
Lúcia Maria Xavier de Castro
Paulo Pena Schütz
Sérgio Góes de Paula
Sílvia Caccia Bava
Vanessa Schottz Rodrigues

•
Conselho Deliberativo

Presidente

Tatiana Dahmer Pereira

Vice-Presidente

Leilah Landim Assumpção

1ª Secretário

André Pacheco Teixeira Mendes

2ª Secretário

Leila de Andrade Linhares Barsted

3ª Secretário

Márcia da Silva Pereira Leite

Suplentes

Adhemar dos Santos Mineiro

Fatima Mello

José Sérgio Leite Lopes

Renato Sérgio Maluf

•
Conselho Fiscal

Carlos Bernardo Vainer

Jorge Vicente Muñoz

Ricardo Gouveia Corrêa

Suplente

Paulo Frederico Petersen

•
Diretoria Executiva

Diretor Executivo Nacional

Leticia Rangel Tura

Diretor Executivo Adjunto

Evanildo Barbosa da Silva



À
DD. DIRETORIA DA
FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE
RIO DE JANEIRO – RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 5, a administração da entidade não identificou indicativos de perda do imobilizado e demais ativos relevantes para o exercício 2021. Além disso, identificou que o custo para a realização do teste de recuperabilidade seria incompatível com o benefício gerado para a informação. Entretanto, a administração da Federação não apresentou estudo que atenda as orientações das Seções 17 e 27 da NBC TG 1000 (R1), ou NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado, no que diz respeito à revisão do valor residual e da vida útil dos ativos, bem como do teste de recuperabilidade, que deve ser avaliado ao fim de cada período de reporte, para verificar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. Em virtude da ausência dessas informações, não foi possível determinar a existência de eventuais ajustes e seus consequentes efeitos nos ativos da Federação, e os seus correspondentes reflexos das demonstrações do resultado, nos fluxos de caixa e na mutação do patrimônio líquido do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Federação é responsável por outras informações que acompanham as demonstrações contábeis. A entidade, devido as suas características específicas, possui estrutura e forma de apresentação própria das demonstrações contábeis, não apresentando outras informações. Não temos nada a relatar a este respeito.

Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, quanto à revisão do valor residual e da vida útil dos ativos e teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração da Federação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Federação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Federação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Federação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.



O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Federação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Federação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Federação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2022.

MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC RS 4632/0-1 T PR S RJ
DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68603 S RJ
CNAI Nº 1128
Sócio Responsável Técnico